



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE
MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

**Ata da Audiência Pública da 23ª Legislatura da Câmara Municipal de Maceió -
Discussão para deliberar sobre o Projeto de Lei Orçamentárias - 2026 - PLDO.**

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de junho do ano de 2025, às 14h00 (quatorze horas) sob a presidência do vereador Samyr Malta reuniu – se a Câmara Municipal de Maceió, situada na Rua Sá e Albuquerque número 564, bairro Jaraguá em audiência pública híbrida para deliberar sobre o Projeto de Lei Orçamentárias – 2026 - PLDO. O senhor presidente convidou para compor a mesa de honra os senhores: **Milton Ronalsa – vereador e membro da Comissão de Finanças nesta Casa. Jeannyne Beltrão – vereadora. Jailton Nicácio – diretor especial de planejamento municipal da Secretaria da Fazenda. Alberto Tenório Vieira (promotor) – representando o Ministério Público Estadual. Ailton Cândido dos Santos – representando a sociedade civil.** Foi facultada a palavra para o senhor **Diego Farias – analista de planejamento da Câmara Municipal de Maceió.** Através de slide apresentou o planejamento que liga o PPA e a LOA focando nos números previstos pela prefeitura de Maceió. **1 - Contexto econômico e micro fiscal:** em destaque a reforma tributária que vai impactar diretamente a vida dos cidadãos de Maceió a exemplo do projeto em tramitação para a isenção do ISS. **1 - Indicadores macroeconômico de referência:** pib nacional + 1,7% (boletim focus). Inflação (IPCA) 4,5%. Crescimento receita previsto 6,5%. **2 - Avaliação fiscal 2024:** receita total realizada R\$ 5,02 bilhões. Meta prevista (receita) R\$ 4,3 bilhões. Aproximado resultado primário R\$ 797 mil (próximo de zero). Meta inicial primário R\$ 297 milhões. Dívida consolidada líquida R\$ 4,4 milhões (queda de 95%). **3 - Projeção para 2026:** receita total estimada R\$ 5,12 bilhões despesa primária prevista R\$ 4,43 bilhões. Resultado primário (com RPPS) R\$ 519 mil. Dívida consolidada/RCL abaixo de 0,02%. **4 – Receitas fiscais e compensação valor estimado em 2026:** total R\$ 69,9 milhões, margem de expansão R\$ 72,9 milhões. **5 – Previdência RPPS situação atual 2024:** fundo capitalizado superávit e saldo R\$ 1,2 bilhões. Plano financeiro = deficitário exige aporte do tesouro. **6 – Estratégias fiscais para 2026:** modernização da arrecadação; rescisão de programas com baixa efetividade; importação do IQGO índice de qualidade do gasto orçamentário; revisão de renúncias fiscais e fortalecimento da transparência e participação popular. **7 – Análises críticas e recomendações – pontos de atenção:** dependências relevantes de transparências constitucionais (FPM e ICMS). Rigidez das despesas com pessoal possível entrave e ajuste fiscal; a transmissão para a nova tributação (IBS) pode gerar perda temporária de arrecadação. Plano financeiro do RPPS requer constante aporte de tesouro; priorizar a reforma do PCSS com base em capacidade fiscal e meritocracia; aumentar fiscalização e combate à sonegação, especialmente do ISS e IPTU; revisar e melhorar a efetividade dos programas como todo no custo – benefício; reforçar o planejamento Inter setorial com base no novo PPA 2026/2029. Na sequência fez uso da tribuna o senhor **Luiz Carlos Omena da Silva Júnior – analista de planejamento da Câmara Municipal de**



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE
MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

Maceió – referiu – se a este ano como atípico onde estamos discutindo um planejamento que é o PPA 2026/2029 que vai apresentar metas setoriais e abrange um período de 4 anos a ser encaminhado para esta Casa até o dia 30 de setembro. O PPA rege discutir vários indicadores, metas, ações percentuais e produtos. A LDO de acordo com o artigo 74 da lei orçamentária tem que ser discutida até o dia 15 de maio e surgiu almejando ser um elo de planejamento entre o PPA (de médio prazo do Governo Municipal). Também dispor de alterações de legislação tributária como também orientar as alterações nas agências financeiras de fomento. Por fim, este ano teremos a apreciação da LOA 2026 que também pelo artigo 74 da lei orçamentária deve ser encaminhada para este legislativo até 14 de outubro. Sobre os instrumentos de participação popular dentro da LDO já foi providenciado e sugerido a realização de uma audiência pública para ouvir a sociedade antes das discussões sobre as metas. O artigo 37 trata que, para obter inversão social em qualquer área é necessário o CNPJ com no mínimo 2 anos e para a certidão em geral o mesmo procedimento. Neste momento a palavra foi passada para os representantes da sociedade civil organizada e instituições, senhores: **Gildo Santana – representando o Instituto Silvio Viana** - questionou sobre a renúncia fiscal e expansão fiscal citada na fala do analista Diego Farias. **Erivaldo Paulino – presidente da Associação de Pais e Alunos de escolas públicas do Estado de Alagoas**: solicitou melhorias para o bairro Jacintinho a exemplo do trânsito na região. **Fábio Brêda – representando a Associação dos Conselheiros e ex Conselheiros Tutelares do Estado de Alagoas**: buscou apoio para o trabalho realizado pelos conselhos tutelares. **Paulo Social - representando o Litoral Norte**: solicitou que fosse inserido no orçamento do município recursos para a construção de creches no Litoral Norte além de saneamento básico e outros. **David Farias Barros – Conselheiro Tutelar da Região VII**: pediu atenção para as causas das crianças e dos adolescentes e que, dentro do orçamento não haja cortes nos recursos destinados para os conselhos como também solicitou a criação de mais uma região de conselho tutelar haja vista a quantidade de demandas que ocorrem. **Cleber – Líder comunitário**: pediu apoio para as melhorias nos bairros e discordou dos investimentos que são gastos em eventos enquanto falta para a educação, saúde e outros. **Eliane Silva – representando o Movimento Sem Teto no Brasil**: sugeriu corte no salário dos vereadores para ser investido em melhorias para o povo. **Paulo Henrique Araújo – Membro do Coletivo da Terra**: sugeriu que as discussões passem a ser práticas e de soberania popular. **Ailton Gama – representando a população**: cobrou investimentos para as pastas que não foram citadas nesta audiência a exemplo da cultura, CRAS e plano de prevenção para a cidade de Maceió. O senhor Presidente passou a palavra para os **membros da Mesa de Honra onde fizeram uso os senhores: Alberto Tenório Vieira** – teceu comentários sobre o que determina a legislação quanto o número de crianças com TEA por salas de aulas inclusive na rede privada. Com respeito a creche informou que o Ministério Público ingressou com várias ações para conseguir copelia através do poder judiciário para que o município oferte vagas para essas crianças. Quanto o TEA tem sido um problema difícil a nível municipal e acha necessário a mudanças



ESTADO DE ALAGOAS
CÂMARA MUNICIPAL DE
MACEIÓ
SETOR DE ATAS E DEBATES

das leis para o autista como também a construção de clínicas especializadas. É necessário um olhar para os conselhos tutelares que são os primeiros a bater na porta do judiciário em busca de ajuda para a criança e o adolescente. **A vereadora Teca Nelma:** opinou que, todas as falas nesta audiência resumem que, as políticas públicas do município não estão chegando onde deveria e isso traz divergências nesta Casa quanto a prioridade na execução do dinheiro público, onde na interpretação desta vereadora há recursos, porém diverge na prioridade onde vai ser colocado. O que esta vereadora mais ouviu nas falas aqui trata – se sobre a assistência social onde os valores destinados vêm sendo diminuído anualmente e proporcionalmente. Questionou para onde está indo a gestão destes recursos e quanto os conselhos tutelares informou que 5% dos recursos do município deveria ser destinado para a assistência social de acordo com uma legislação aprovada nesta Casa em 2024 onde obriga a liberação dos valores pela secretaria que já foi cobrada por esta vereadora. **Vereadora Jeannyne Beltrão:** corroborou com a fala da vereadora Teca Nelma quanto a importância de a sociedade civil estar nesta Casa apresentando os seus anseios relacionado a LDO. Discordou o que foi falado sobre os recursos que chegam nas instituições haja vista que vários são destinados por vereadores desta Casa e não diretamente pelo poder executivo. Espera esta mesma participação na discussão da LOA e LDO. Facultada a palavra para as considerações finais fez uso o senhor **Jailton Nicácio** respondendo os questionamentos apresentados: ressaltou a importância do PPA que está sendo construído e antes de ser enviado para esta Casa a sociedade tem liberdade de propor as suas ações que vai ser analisada tecnicamente e economicamente para verificar a sua viabilidade técnica e econômica, uma vez havendo possibilidade essas ações serão incorporadas ao PPA como emendas cidadã e passa para LDO e LOA planejada. Sobre a criança e o adolescente informou que dentro do portal da transparência à sociedade consegue identificar o que é destinado para a criança e o adolescente. Com relação a renúncia e compensação da receita se dá mais no IPTU e taxa de lixo. O senhor presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a audiência. Do que, para constar, lavrei e digitei a presente ata que dato e assino. Maceió, 16 de junho de 2025 – Maria Jairivane Sena da Silva - Redatora de Atas e Debates.